

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 16.

No âmbito do Conselho Regional dos Técnicos em Radiologia da 12ª Região (CRTR-12), a atuação administrativa transcende a mera execução de rotinas burocráticas, pois se vincula diretamente à concretização do interesse público e à observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. A legalidade impõe que todo ato administrativo encontre fundamento normativo; a impessoalidade, por sua vez, veda favorecimentos indevidos; a moralidade exige conformidade ética; a publicidade assegura transparência; e a eficiência orienta a obtenção de resultados com economicidade.

Ao receber requerimentos, o setor competente deve verificar se os documentos apresentados atendem às exigências regulamentares; não os atendendo, impõe-se a intimação do interessado para saneamento das irregularidades, sob pena de arquivamento do processo. Tal procedimento, além de garantir segurança jurídica, previne nulidades decorrentes de vícios formais.

A redação oficial, nesse contexto, demanda precisão vocabular e rigor sintático, evitando construções ambíguas que possam comprometer a interpretação dos atos administrativos. Não raro, impropriedades linguísticas ainda que sutis – produzem efeitos jurídicos indesejáveis, sobretudo quando alteram o alcance semântico de determinações normativas.

Assim, o desempenho das atribuições administrativas pressupõe domínio da norma-padrão, compreensão dos mecanismos de coesão e coerência textual e atenção às regras de concordância, regência e pontuação, cuja inobservância pode acarretar prejuízos institucionais.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 37 (com adaptações).

Considerando os sentidos do texto, a sua tipologia e os seus mecanismos de construção de significado, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto apresenta predominância da tipologia argumentativa, visto que defende um ponto de vista acerca da atuação administrativa.
- 2 No trecho “não os atendendo, impõe-se a intimação do interessado”, a forma verbal “atendendo” estabelece valor condicional.
- 3 Em “impõe-se a intimação do interessado”, o termo “a intimação do interessado” exerce função de sujeito posposto.

Julgue os itens seguintes, quanto às relações sintáticas, ao emprego de pronomes e à regência verbal no texto.

- 4 Em “a impessoalidade, por sua vez, veda favorecimentos indevidos;” a substituição de “veda favorecimentos indevidos” por “**veda a favorecimentos indevidos**” preservaria a correção gramatical.
- 5 No trecho “cuja inobservância pode acarretar prejuízos institucionais”, o pronome “cuja” estabelece relação de posse.
- 6 No trecho “Não raro, impropriedades linguísticas ainda que sutis – produzem efeitos jurídicos indesejáveis, sobretudo quando alteram o alcance semântico de determinações normativas.”, a expressão “ainda que sutis” introduz circunstância de concessão.

Com base nos aspectos de pontuação, de concordância verbal e de estrutura do período, julgue os itens a seguir.

- 7 Em “a impessoalidade, por sua vez, veda favorecimentos indevidos;” a retirada das vírgulas que isolam “por sua vez” manteria a correção gramatical do período.
- 8 Em “impropriedades linguísticas ainda que sutis – produzem efeitos”, a forma verbal concorda com o núcleo do sujeito.
- 9 No trecho “a atuação administrativa transcende a mera execução de rotinas burocráticas, pois se vincula diretamente à concretização do interesse público e à observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.”, a forma verbal “vincula” poderia ser substituída por **está vinculada**, sem prejuízo sintático ou semântico.

Julgue os itens seguintes, em relação às funções sintáticas dos termos da oração e à classificação de orações subordinadas.

- 10 No trecho “cuja inobservância pode acarretar prejuízos institucionais”, o termo “institucionais” funciona como predicativo do objeto.
- 11 A oração “que possam comprometer a interpretação dos atos administrativos” exerce função de oração subordinada adjetiva restritiva.
- 12 No trecho “impõe-se a intimação”, a partícula “se” é índice de indeterminação do sujeito.

Com base no texto e em seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir, no que concerne ao emprego da crase, à regência verbal e nominal e ao uso de pronomes.

- 13** No trecho “se vincula diretamente à concretização do interesse público”, o emprego do acento indicativo de crase ocorre pela fusão da preposição exigida pelo verbo pronominal “vincular-se” com o artigo feminino que antecede “concretização”.
- 14** No trecho “impropriedades linguísticas – ainda que sutis – produzem efeitos jurídicos indesejáveis”, a forma verbal “produzem” poderia ser corretamente substituída por “produz”, mantendo-se a concordância verbal adequada ao período.
- 15** No trecho “não os atendendo, impõe-se a intimação do interessado para saneamento das irregularidades, sob pena de arquivamento do processo”, o segmento “de arquivamento do processo” relaciona-se ao substantivo “pena”, especificando a consequência mencionada no enunciado.
- 16** No segmento “cuja inobservância pode acarretar prejuízos institucionais”, o pronome relativo “cuja” retoma o termo “atos administrativos”.

Um capital de R\$ 500 foi dividido em duas partes, A e B . Ambos os capitais foram aplicados a juros compostos à mesma taxa mensal. A quantia A foi aplicada durante 4 meses, enquanto B foi aplicada durante 2 meses. Sabe-se que os montantes obtidos nas duas aplicações foram iguais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17** A relação entre os capitais é dada por $A = \frac{B}{(1+i)^2}$.
- 18** Se a taxa de juros for de 10% ao mês, então os juros produzidos pela quantia B serão maiores que o dobro dos juros produzidos pela quantia A .

Considere-se que:

$$m = \frac{n}{\frac{1}{2}\left(\frac{1}{2} + \frac{1}{3}\right)}$$

em que m e n são números inteiros positivos primos entre si.

Com base nas informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

- 19** A igualdade apresentada implica que $n = \frac{5m}{6}$.
- 20** O menor valor inteiro positivo de n que satisfaz as condições do problema é 5.

Uma pessoa deseja totalizar a quantia de R\$ 750, utilizando cédulas de R\$ 5, R\$ 20 e R\$ 50, em um total de 30 cédulas. Sabe-se que a quantidade de cédulas de R\$ 20 excede a quantidade de cédulas de R\$ 5 em 5 unidades.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** A quantidade de cédulas de R\$ 20 é igual a 13.
- 22** A soma das quantias formadas pelas cédulas de R\$ 5 e R\$ 20 é menor do que dois terços da quantia formada pelas cédulas de R\$ 50.

Considere-se a progressão aritmética (PA) cujo termo geral é dado por:

$$a_n = 4n - 11, \quad \text{com } n \geq 1$$

Com base nas informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

- 23** O termo a_6 é o primeiro termo positivo dessa progressão aritmética.
- 24** A soma dos 10 primeiros termos dessa progressão é igual a 70.

Em uma escola com 500 alunos, foi realizada uma pesquisa para determinar a tipagem sanguínea dos estudantes. Observou-se que 115 alunos possuíam o antígeno A, 235 possuíam o antígeno B e 225 não possuíam nenhum dos dois antígenos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25** Entre os alunos que possuem o antígeno A, mais de 60% possui também o antígeno B.
- 26** A probabilidade de selecionar ao acaso um aluno que possua pelo menos um dos antígenos é superior a 50%.

Em cima de uma mesa, encontram-se 3 livros iguais de química, 1 de matemática, 2 livros iguais de inglês e 1 de história e 1 de gramática. Será necessário organizar esses livros em uma prateleira.

Com base nessa situação hipotética, sabendo-se que os livros de química e matemática (ciências exatas) devem ficar juntos, julgue os itens seguintes.

- 27** Se os dois livros de inglês também tiverem de permanecer juntos, mantida a condição de que os livros de ciências exatas fiquem juntos, então o número de maneiras distintas de organizar os livros será 80.
- 28** Se os livros de ciências exatas (química e matemática) devem permanecer sempre juntos, então o número de maneiras distintas de organizar os livros na prateleira será 240.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que se refere às funcionalidades do sistema operacional Windows 11, ao armazenamento em nuvem, aos mecanismos de segurança com *firewall* e aos navegadores *web*, julgue os itens seguintes.

- 29 No Windows 11, o Explorador de Arquivos permite organizar arquivos em pastas, renomeá-los, movê-los e excluí-los, sendo possível utilizar tanto menus quanto atalhos de teclado para essas operações.
- 30 O armazenamento em nuvem, como o oferecido pelo OneDrive e pelo Google Drive, permite acesso remoto aos arquivos por meio da Internet, mas não possibilita a sincronização automática entre dispositivos.
- 31 O *firewall* é um mecanismo de segurança que monitora e controla o tráfego de rede com base em regras previamente definidas.
- 32 Os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge permitem a navegação em modo anônimo ou privativo, no qual o histórico de navegação não é armazenado localmente após o encerramento da sessão.

Com relação a *hardware* e periféricos, às ferramentas de comunicação, às funcionalidades do sistema operacional Windows e aos procedimentos de *backup*, julgue os itens a seguir.

- 33 Ao conectar um projetor multimídia ao computador, por meio de cabo HDMI, a fim de se realizar uma apresentação no Microsoft PowerPoint, o projetor passa a ser classificado como periférico de saída.
- 34 Durante uma reunião realizada por meio do Microsoft Teams, o compartilhamento de tela permite que os participantes visualizem aplicativos ou documentos abertos no computador do apresentador.
- 35 No Windows 10 e 11, ao excluir um arquivo utilizando a tecla **Del**, o arquivo é removido permanentemente do sistema, não podendo ser recuperado pela Lixeira.
- 36 Um procedimento adequado de *backup* consiste exclusivamente na cópia dos arquivos para outro diretório no mesmo disco rígido do computador, pois esse procedimento já garante proteção contra a perda de dados.

A respeito das ferramentas de edição colaborativa em nuvem, dos modos de navegação em navegadores *web*, das funcionalidades do Windows 11 e dos conceitos de intranet, julgue os itens seguintes.

- 37 Ao utilizar o Google Planilhas (Google Workspace), dois usuários podem editar simultaneamente o mesmo documento, sendo possível visualizar as alterações em tempo real.
- 38 O uso do modo anônimo em navegadores impede que o provedor de Internet ou os administradores de rede visualizem os *sites* acessados pelo usuário.
- 39 No Windows 11, a Área de Trabalho (Desktop) é considerada um *software*, sendo um aplicativo responsável pela execução de programas de terceiros.
- 40 A intranet de um órgão público pode utilizar os mesmos protocolos da Internet, como HTTP e TCP/IP, diferenciando-se principalmente pelo controle de acesso.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética na Administração Pública constitui dimensão relevante da atuação estatal, relacionando-se com padrões de conduta, de responsabilidade funcional e de conformidade com valores institucionais no exercício das atribuições públicas. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir.

- 41** A coerência entre a decisão administrativa e os valores institucionais constitui critério relevante para avaliação ética da conduta do agente público.
- 42** A responsabilidade ética pressupõe, no âmbito da função pública, margem de autodeterminação compatível com a responsabilidade pelo ato e pela capacidade de assumir as consequências da conduta adotada.
- 43** A ética pública admite mitigação da imparcialidade quando houver identidade de interesses entre agente público e administrado.

Os princípios constitucionais da Administração Pública atuam de forma integrada, condicionando validade e legitimidade dos atos administrativos. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 44** O concurso público representa o mecanismo concreto de realização da impessoalidade e da moralidade administrativa.
- 45** A eficiência administrativa pode justificar a flexibilização de exigências legais formais, desde que o resultado final seja satisfatório.
- 46** A existência de teto remuneratório no serviço público é compatível com os princípios estruturantes da Administração Pública.
- 47** A responsabilidade objetiva do Estado exclui a possibilidade de uma responsabilização subjetiva do agente causador do dano.

A incorporação do princípio da eficiência ao texto constitucional inseriu novas exigências no regime jurídico-administrativo, influenciando parâmetros de atuação estatal e critérios de avaliação da atividade administrativa. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 48** A eficiência restringe-se à estrutura organizacional da Administração, não alcançando o comportamento individual do agente público.
- 49** A negligência reiterada no atendimento ao público pode caracterizar violação ao princípio da eficiência.
- 50** A utilização racional dos recursos públicos, com vistas à obtenção do melhor resultado possível com o menor dispêndio necessário, constitui dimensão material do princípio da eficiência administrativa.

Um servidor do CRTR-12, responsável pela análise de processos de registro profissional, passou a priorizar requerimentos formulados por conhecidos pessoais, sob o argumento de que todos seriam analisados posteriormente. Em outro episódio, divulgou, em grupo aberto de mensagens, a relação completa de inscritos, contendo CPF e endereço residencial. Em uma decisão posterior, indeferiu um pedido administrativo sem apresentar fundamentação escrita, alegando tratar-se de uma matéria evidente.

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável, julgue os itens seguintes.

- 51** A priorização dolosa de processos administrativos com base em vínculos pessoais caracteriza ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade.
- 52** A divulgação integral de CPF e endereço residencial é legítima por se tratar de dados constantes de cadastro público profissional.
- 53** A ausência de motivação escrita compromete a validade da decisão administrativa.
- 54** A inexistência de dano financeiro comprovado afasta a possibilidade de configuração de improbidade administrativa.
- 55** A responsabilização por improbidade exige, necessariamente, enriquecimento ilícito do agente público.

À luz da Lei nº 8.429/1992, que disciplina os atos de improbidade administrativa e suas consequências jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 56** A configuração de ato de improbidade administrativa pressupõe a demonstração de conduta dolosa do agente, não sendo suficiente a mera culpa para sua caracterização.
- 57** A multa civil é uma sanção possível nos atos de improbidade administrativa.
- 58** Os atos que atentem contra os princípios da Administração Pública admitem responsabilização por mera culpa.
- 59** A aplicação da sanção de perda da função pública exige imposição expressa na sentença condenatória, não se configurando como consequência automática da prática do ato de improbidade administrativa.

O processo administrativo federal integra o regime jurídico-administrativo e orienta a atuação da Administração por meio de garantias e limites normativos que asseguram regularidade procedimental e coerência decisória. A partir dessa informação e à luz da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens seguintes.

- 60** A Administração pode anular um ato ilegal de ofício, independentemente de provocação do interessado.
- 61** A delegação de competência pode alcançar uma decisão de recursos administrativos, desde que haja justificativa formal.
- 62** Salvo disposição legal específica, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo automático.
- 63** O acesso ao Poder Judiciário para questionar atos administrativos depende do esgotamento prévio da via administrativa.

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações no âmbito da Administração Pública e estabelece parâmetros para a classificação, a restrição e o fornecimento de dados de interesse coletivo ou geral. Com base nessa situação e conforme essa legislação, julgue os itens a seguir.

- 64** A Administração Pública pode condicionar o fornecimento de informação à apresentação de justificativa pelo requerente.
- 65** A informação classificada como secreta pode ter restrição de acesso por até 25 anos.
- 66** A recusa injustificada de fornecimento de informação pode ensejar responsabilização funcional do agente público.
- 67** As entidades privadas que recebem recursos públicos para realização de atividades de interesse coletivo submetem-se ao mesmo regime jurídico aplicável à Administração Pública em relação a todas as normas da Lei de Acesso à Informação.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no âmbito público e privado, definindo princípios, direitos dos titulares e hipóteses legais de tratamento. Considerando essa informação e em consonância com essa legislação, julgue os itens seguintes.

- 68** O tratamento de dados pessoais pela Administração pode ocorrer independentemente de consentimento quando necessária à execução de política pública prevista em lei.
- 69** O consentimento genérico para tratamento de dados pessoais é válido desde que formalizado por escrito.
- 70** O tratamento de dados pessoais de crianças depende exclusivamente de consentimento específico e em destaque de, pelo menos, um dos pais ou responsável legal, não sendo admitidas outras bases legais previstas na LGPD.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 71** Quem comunica é sempre o serviço público (ministério, secretaria, departamento, divisão, serviço, seção).
- 72** O destinatário da comunicação oficial é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública do Poder Executivo ou dos outros Poderes. Além disso, devem-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa.
- 73** No cabeçalho do padrão ofício, o brasão de armas da República, localizado no topo da página, dispensa a aplicação em cores. Ressalta-se que o uso de marca da instituição deve ser evitado na correspondência oficial para não se sobrepor ao brasão de armas da República.
- 74** No estado de direito, as normas jurídicas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição Federal de 1988. Essas normas devem criar os fundamentos de justiça e de segurança que assegurem um desenvolvimento social harmônico em um contexto de paz e de liberdade.
- 75** Ser objetivo é ir diretamente ao assunto que se deseja abordar, sem prolixidades e sem redundâncias. Para conseguir isso, é fundamental que o redator saiba, de antemão, a ideia principal e as ideias secundárias.

À luz da Resolução CONTER nº 15/2011, julgue os itens seguintes.

- 76** Caberá ao Conselho Nacional e aos Conselhos Regionais, bem como a todo tecnólogo, técnico e auxiliar de radiologia, promover a ampla divulgação do presente Código.
- 77** As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional, para o qual podem ser encaminhadas consultas que, não assumindo caráter de denúncia, incorrerão nas mesmas exigências de fundamentação.
- 78** As penas serão aplicadas pelo Conselho Nacional e comunicadas aos Conselhos Regionais, que darão ciência aos demais Conselhos Regionais.
- 79** Considera-se de evidente gravidade ofender a integridade física ou a moral do colega de profissão ou do cliente/paciente.
- 80** O profissional tecnólogo, técnico ou auxiliar que, em decorrência de processo ético disciplinar transitado em julgado, tenha o exercício da atividade profissional cassado, não poderá ter reconhecida uma nova inscrição no Sistema CONTER/CRTs, mesmo que ele obtenha nova diplomação.
- 81** Ao se inscrever no Conselho Nacional, o tecnólogo, o técnico e o auxiliar de radiologia assumem tacitamente a obrigação de respeitar o presente Código.
- 82** O profissional, quando for proprietário, ou quando estiver na condição de supervisor, responderá solidariamente com o infrator pelas infrações éticas cometidas.

- 83** Os preceitos do Código de Ética aplicam-se aos profissionais das técnicas radiológicas e aos auxiliares de radiologia, quaisquer que sejam os seus níveis de formação, as suas modalidades, as suas especializações ou os seus cargos exercidos.
- 84** O tecnólogo, o técnico e o auxiliar de radiologia, no desempenho de suas atividades profissionais, devem dedicar-se ao aperfeiçoamento e à atualização de seus conhecimentos técnico-científicos e de sua cultura geral, visando ao bem-estar social.
- 85** É vedado ao tecnólogo, ao técnico e ao auxiliar de radiologia aproveitar-se da função exercida para obter vantagem de caráter econômico ou político.
- 86** Ao tecnólogo, ao técnico e ao auxiliar de radiologia é expressamente vedado fornecer ao cliente/paciente informações não específicas de sua formação.
- 87** É permitido ao tecnólogo, ao técnico e ao auxiliar de radiologia posicionar-se contrariamente a movimentos reivindicatórios da categoria, com a finalidade de obter vantagens.
- 88** É permitido ao tecnólogo, ao técnico e ao auxiliar de radiologia abandonar ou não comparecer ao trabalho onde exerça atividade profissional, sem motivo plenamente justificado.
- 89** O tecnólogo, o técnico e o auxiliar de radiologia obrigam-se a prestar depoimento que retrate a verdade, em processo administrativo ou judicial, acerca dos fatos que envolvam os seus colegas e dos quais tenha conhecimento, em razão do ambiente profissional.
- 90** O tecnólogo, o técnico e o auxiliar de radiologia devem observar os limites de sua atividade profissional, desempenhando, cada qual, a sua função, em observância ao exame requisitado e ao que lhe for orientado pelo supervisor das aplicações das técnicas radiológicas (SATR).

Com base no Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTs, julgue os itens seguintes.

- 91** O Código de Processo Administrativo do Sistema CONTER/CRTs aplicar-se-á para suprir as lacunas dos regulamentos de intervenção, licitações, inscrições, regimentos internos e regimentos eleitorais, bem como, também, para suprir as lacunas de quaisquer resoluções ou portarias emanadas do CONTER que contenham normas de caráter processual.
- 92** Os processos administrativos do Sistema CONTER/CRTs, quando não possuírem norma especial para sua regulamentação, serão regidos pelo Código de Processo Administrativo.

O Decreto nº 92.790/1986 e as suas atualizações regulamentam a Lei nº 7.394/1985. Essa Lei é o marco regulatório indispensável para a profissão de técnico em radiologia no Brasil, visto que estabeleceu as normas, os direitos e os deveres para os profissionais legalmente habilitados. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, à luz da Lei nº 7.394/1985 e do Decreto nº 92.790/1986 e de suas atualizações.

- 93** Os preceitos dessa Lei regulam o exercício da profissão de técnico em radiologia, conceituando-se como tal todos os operadores de raios-X que, profissionalmente, executam as técnicas: radiológica, no setor de diagnóstico; radioterápica, no setor de terapia; radioisotópica, no setor de radioisótopos; industrial, no setor de indústrias; e de medicina nuclear.

- 94** São condições para o exercício da profissão de tecnólogo e de técnico em radiologia possuir certificado de conclusão do ensino médio, bem como formação profissional mínima de nível técnico em radiologia.
- 95** Os trabalhos de supervisão das aplicações de técnicas em radiologia, em seus respectivos setores, são da competência do supervisor de proteção radiológica (SPR).
- 96** Os Conselhos Regionais terão sede nas capitais dos estados, dos territórios e, também, no Distrito Federal.
- 97** A renda dos Conselhos Regionais será constituída de: taxa de inscrição; dois terços da taxa de expedição de carteiras profissionais; dois terços da anuidade pagos pelos membros neles inscritos; dois terços das multas aplicadas; doações e legados; subvenções oficiais; e bens e valores adquiridos.

A Lei nº 8.080/1990 e as suas atualizações regulam, em todo o território nacional, as ações e os serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 98** A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis para seu pleno exercício.
- 99** O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e na execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- 100** O dever do Estado exclui o das pessoas, o da família, o das empresas e o da sociedade.
- 101** O conjunto de ações e de serviços de saúde, prestados por órgãos e por instituições públicas federais e estaduais da Administração Direta e da administração indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).
- 102** A iniciativa privada poderá participar do SUS, em caráter complementar.
- 103** As ações e os serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante a participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente.
- 104** À direção estadual do SUS compete promover a centralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.
- 105** Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- 106** As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os conselhos estaduais e municipais de saúde, quando for o caso.

De acordo com o Manual de Fiscalização, julgue os itens seguintes.

- 107** O fiscal, ao chegar a um hospital, deverá identificar-se na recepção e pedir para falar com o supervisor de proteção radiológica (SPR) ou com o responsável pelo setor de radiologia.
- 108** O fiscal deverá solicitar, durante a visita, a lista dos dosímetros e a escala de trabalho dos profissionais das técnicas radiológicas que trabalham no estabelecimento.
- 109** Em caso de haver estagiários, o fiscal deverá solicitar a verificação dos termos de estágio.
- 110** O fiscal deve escrever o seu relatório de forma simples, clara e concisa, transcrevendo, de forma objetiva, tudo o que foi constatado durante a fiscalização.
- 111** O termo de visita é o instrumento de fiscalização que permite fazer um mapeamento geral da instituição que está sendo fiscalizada, tanto no que se refere à estrutura do serviço, quanto no que diz respeito às condições de proteção radiológica.
- 112** Durante o preenchimento do termo de visita, far-se-á desnecessário o fiscal discriminar o nome fantasia da instituição e o CNPJ.
- 113** O termo de visita é o instrumento que deverá ser utilizado caso a fiscalização constate o exercício ilegal/irregular de qualquer uma das especialidades das técnicas radiológicas.
- 114** Diante da descoberta de fatos graves durante a ação fiscalizatória, a exemplo de um caso de exercício ilegal da profissão, o fiscal deverá dirigir-se à Polícia Federal ou à Polícia Civil para lavrar um termo circunstanciado ou uma ocorrência. Além do mais, como ação complementar, caberá ao presidente da Coordenação Regional de Fiscalização (Corefi) encaminhar denúncia ao Ministério Público Federal/Estadual.
- 115** A autuação é um documento complementar da fiscalização, que deverá ser consubstanciado, ou seja, conter o passo a passo da fiscalização que foi realizada, nos mínimos detalhes.
- 116** O procedimento administrativo é o passo posterior ao procedimento de fiscalização, e deverá ser instruído a partir de toda a documentação oferecida pelo fiscal. O procedimento administrativo, portanto, é o instrumento que possibilita aos CRTs punir ou absolver as partes envolvidas.
- 117** De acordo com a Lei nº 7.394/1985, os fiscais do Sistema CONTER/CRTs têm poder de polícia. Portanto, a realização da fiscalização pressupõe, logicamente, o acesso aos documentos dos profissionais das técnicas radiológicas e às dependências onde eles desenvolvem as suas atividades.
- 118** O fiscal deverá notificar a pessoa física quando esta portar credencial vencida ou sem validade e quando o profissional exercer atividade em duas regiões sem registro secundário.
- 119** O fiscal deverá notificar a pessoa jurídica quando for encontrada empresa cuja finalidade seja a prestação de serviços técnicos radiológicos sem inscrição/registo.
- 120** O fiscal deverá autuar a pessoa física quando a fiscalização encontrar leigos ou pessoas sem habilitação exercendo a profissão e quando as notificações forem ignoradas.